

## NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

**Nota 1 - Contexto Operacional:** os dados apresentados compreendem órgãos da Administração Direta do Município, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e respectivas alterações. Foram também observados os detalhamentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado do RS.

**Nota 2 - Critério de apropriação:** Considerou-se como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

**Nota 3 - Operações Intra-orçamentárias:** De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as operações realizadas entre órgãos e demais entidades do próprio Município representam operações intra-orçamentárias. O quadro a seguir demonstra, resumidamente, sua execução durante o exercício financeiro:

Receitas		Despesas			
Natureza da Receita	Valor arrecadado	Natureza da Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago
7.0.0.0.00.00 - Receitas Correntes Intra orçamentárias	5.495.036,90	3.1.9.1.00.00.00.00  Despesas Correntes Intra Orçamentárias	4.827.909,56	4.827.909,56	4.476.939,19
		3.2.9.1.00.00.00.00  3.3.9.1.00.00.00.00  Despesas Correntes Intra Orçamentárias	235.265,05	235.265,05	235.265,05
		4.6.9.1.00.00.00.00  Despesas de Capital Intra Orçamentárias	31.679,15	31.679,15	31.679,15
<b>TOTAIS</b>	<b>5.495.036,90</b>		<b>5.094.853,76</b>	<b>5.094.853,76</b>	<b>4.743.883,39</b>

**Nota 4 - Repasses Concedidos:** De acordo com a Portaria STN nº 339/2001, os repasses financeiros feitos pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo foram processados por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências financeiras concedidas e recebidas foram efetuados em contas contábeis específicas de resultado, que representaram as variações passivas e ativas financeiras correspondentes, conforme o seguinte resumo:

Repasses concedidos ao Poder Legislativo conforme orçamento inicial do Legislativo (Contas 3.5.1.1.2.02 e 4.5.1.1.2.02 )	R\$ 1.660.600,00
--	------------------

**Nota 5 – Créditos Adicionais Utilizados:** O Município de Restinga Seca obteve ao longo do exercício de 2021 um excesso de arrecadação no montante de R\$ 18.006.048,69 e, desse montante utilizou para o incremento da dotação inicial o valor de R\$ 10.104.983,70. Da mesma forma utilizou recursos do superávit do exercício anterior no total de R\$ 5.332.392,51.

**Nota 6 - Utilização do Superávit Financeiro:** O quadro a seguir demonstra o valor do Superávit Financeiro apurado no exercício anterior e a sua utilização, durante o exercício financeiro de 2021, como fonte de abertura de créditos adicionais.

Fonte de Recursos	Superávit Financeiro Apurado em 31/12/2020	Valor utilizado como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais
01	1.537.298,75	1.537.298,75
20	12.813,59	0,00
31	9.908,55	0,00
40	81.375,24	80.100,00
1001	88.733,98	88.773,98
1002	260.585,03	238.130,00
1003	18.942,10	18.942,10
1006	23.903,32	23.903,32
1007	53.410,57	52.778,57
1018	37.884,39	32.000,00
1020	2.680,43	1.000,00
1021	21.995,60	18.800,00
1028	38.998,58	38.998,58
1045	8.432,16	4.100,00
1056	153.131,08	100.100,00
1066	3.179,11	3.179,11
1078	60.343,42	60.343,42
1083	4.401,69	4.401,69
1093	21.572,89	21.572,89
1101	8.142,07	8.142,07
1111	22.015,24	7.040,00
1112	62.611,76	1.000,00
1118	86.107,32	86.107,32
1125	184.642,50	183.000,00

1126	2.736,03	0,00
1130	14.627,23	6.300,00
1175	6.073,90	3.500,00
1179	144.316,12	144.316,12
1187	179,40	0,00
1188	4.897,20	3.000,00
1191	24.618,23	0,00
2016	637.162,36	637.162,36
2019	14.957,14	14.400,00
2020	1.061,69	0,00
2030	247,13	0,00
2033	144.461,13	75.980,00
2039	32.619,44	32.619,44
2049	9.305,03	0,00
2052	187,70	0,00
2057	6.877,27	6.877,27
2059	20.421,39	0,00
2061	6.264,61	5.440,55
2062	263,95	263,95
2064	40.310,82	0,00
2065	1.123,41	921,00
2066	11.509,74	0,00
2068	4.693,02	5.233,02
2069	2.403,05	0,00
2070	23.617,15	0,00
2071	30.111,38	30.111,38
2072	26.425,55	24.838,91
2073	167,60	167,60
2074	6.114,56	6.114,56
4001	19.880,91	19.582,00
4002	29.262,35	8.120,00
4011	65.405,97	48.535,00
4050	68.583,79	68.583,79
4090	56.644,86	56.644,86
4160	5.113,14	0,00
4170	48.256,65	36.000,00
4500	830.465,73	830.465,73
4501	144.376,38	144.376,38
4502	19.846,60	17.900,00
4503	19.506,04	19.506,00
4505	330.656,63	330.656,63
4506	3.816,32	3.400,00
4507	24.857,24	0,00
4511	141.664,16	141.664,16
4512	6.951,01	0,00
2063	(57.694,33)	0,00
2067	(222.650,18)	0,00
8001	11.334,12	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>5.567.139,99</b>	<b>5.332.392,51</b>

**Nota 7 - Restos a Pagar:** As despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil de 2021, foram inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, e escrituradas como restos a pagar processados e não processados. Durante o exercício, foram consideradas despesas orçamentárias incorridas apenas as despesas liquidadas e, no encerramento do exercício, também foram consideradas aquelas inscritas em restos a pagar não processados, que foram inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados, nos termos dos artigos 36 e 103, parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320/64. Para fins de inscrição foram observadas as recomendações da Instrução Normativa nº 18/2015, do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

### **NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL**

**Nota 1 - Contexto Operacional:** O Município de Restinga Seca, entidade jurídica de direito público, é compreendido, na Administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por dez Secretarias, um Fundo de Previdência e o Poder Legislativo.

**Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** O Balanço Patrimonial e demais demonstrações foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e demais disposições e normativas vigentes.

**Nota 3 - Créditos a Receber a Curto e a Longo Prazos:** Os valores apresentados nestas rubricas compreendem os saldos líquidos a receber, ou seja, já deduzidos os ajustes para perdas, por créditos tributários e não tributários, dívida ativa, transferências voluntárias a receber, empréstimos e financiamentos concedidos e outros créditos e valores a receber. Valores realizáveis em até 12 meses foram classificados no curto prazo, e representam 54% do total dos créditos. O restante, correspondente a 46% do total, que representa os valores realizáveis após 12 meses da data da publicação das demonstrações contábeis, foi classificado no ativo não circulante. Especialmente em relação à dívida ativa, os valores a curto prazo, constam dos saldos dos valores parcelados até 12 meses do período das demonstrações contábeis. Já o ajuste a valor recuperável dos créditos inscritos na dívida ativa, foi efetuado considerando a média ponderada dos recebimentos de cada tributo/crédito em relação aos respectivos montantes inscritos nos três últimos exercícios, obtendo-se, assim, percentual médio de recebimentos. A partir desse dado, foi possível estimar os valores das perdas esperadas referentes à dívida ativa, que foram registradas em contas redutoras do ativo.

O quadro a seguir detalha a composição dos saldos existentes em 31/12/2021;

<b>Créditos de Curto Prazo</b>	<b>Saldo</b>	<b>Créditos de longo Prazo</b>	<b>Saldo</b>
1.1.2.1.1.00 – Créditos Tributários a Receber - Consolidação	2.651.144,29	1.2.1.1.1.03 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.715.170,70
		1.2.1.1.1.04 – Dívida Ativa Tributária	3.190.225,11
1.1.2.3.3.00 – Créditos de Transferências a Receber - Inter OFSS União	240.000,00	1.2.1.1.1.05 – Dívida Ativa Não Tributária	2.000.983,86
1.1.2.4.0.00 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.266.101,32	1.2.1.1.1.99.04 – (-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária a LP	(3.166.443,72)
1.1.2.5.0.00 – Dívida Ativa Tributária	281.491,78	1.2.1.1.1.99.05 – (-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Não Tributária a LP	(313.471,31)
1.1.2.6.0.00 – Dívida Ativa Não Tributária	640.656,89	1.2.1.1.2.06.00 – Créditos Previdenciários do RPPS	393.086,44
1.1.2.9.1.04 – (-) Perdas Estimadas em Créditos de Dívida Ativa Tributária	(280.029,79)	1.2.1.2.1.98.00.00.00.00 – Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	69.721,99
1.1.2.9.1.05 – (-) Perdas Estimadas em Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	(543.005,83)		
1.1.3.0.0.00.00.00.00 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	162.681,39		
<b>Total dos Créditos e Valores a Receber a Curto Prazo</b>	<b>4.419.040,05</b>		<b>3.889.273,07</b>

**Nota 4 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazos:** Os saldos apresentados no corpo da demonstração se referem aos valores líquidos, já descontadas as perdas, referentes as aplicações das disponibilidades do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), as quais se processaram de acordo com a Resolução nº 3.922/2010, do Conselho Monetário Nacional.

Título/Subtítulo	Saldo
1.1.4.1.1.09 – Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	48.465.004,07
1.1.4.1.1.10 – Aplicações em Segmento de Renda Variável - RPPS	6.253.987,72
1.1.4.9.1.01 – (-) Ajuste de Perdas Estimadas com Títulos e Valores	(499.842,64)

<b>Total dos Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo - RPPS</b>	<b>54.219.149,15</b>
--	----------------------

**Nota 5 – Estoques:** Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração, com o objetivo utilização própria no curso normal das atividades. Em 31 de dezembro de 2021 o estoque apresentou um saldo de R\$ 110.406,95, conforme informação do setor de almoxarifado e contabilizado pelo ente.

**Nota 6 – VPD Pagas Antecipadamente:** Os saldos apresentados são relativos aos pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo, tais como prêmios de seguros pagos antecipadamente e assinaturas de jornais, revistas e periódicos. Em 2021 essa rubrica apresentou um saldo de R\$ 59.801,13. Desse total R\$ 58.499,85 se refere a prêmios de seguros a apropriar e R\$ 1.301,28 de assinaturas e anuidades a apropriar.

**Nota 7 – Investimentos:** Os investimentos compreendem as participações permanentes em outras sociedades, ou seja, a participação nas ações de outras empresas; estas representaram um montante total de R\$ 8.154,95. Da mesma forma, estão classificados nesse título a avaliação das participações em Consórcios Públicos, de acordo com as prescrições da Portaria STN nº 72/2012 e estas últimas representam o valor mais significativo desse grupo que totalizou o montante de R\$ 216.745,97.

**Nota 8 - Imobilizado: Bens Móveis:** Os saldos apresentados correspondem aos valores líquidos (já descontada a depreciação e ajuste a valor recuperável) constante no inventário patrimonial realizado. Ressalta-se ainda que o método de depreciação utilizado pelo Ente é o de Cotas Constantes.

**Nota 9 – Imobilizado – Bens Imóveis:** Os saldos apresentados compreendem os bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso. Estando abrangidos os Bens de Uso Especial, os Bens Dominicais, os Bens de Uso Comum do Povo e os Bens Imóveis em Andamento. Ressalta-se que quanto aos bens imóveis o processo de inventário ainda não está concluído por parte da comissão inventariante e do setor de patrimônio, sendo que a contabilidade mantém valores históricos e que foram movimentados através das várias aquisições ao longo dos anos, mas que tão logo esteja concluída a etapa do inventário dos mesmos serão então conciliados e ajustados a valores presentes, tal como foi realizado com os bens móveis.

**Nota 10 – Intangível:** O saldo de R\$ 1.259,22 representa a aquisição de software para desenvolvimento de projetos do setor de engenharia do Município

**Nota 11 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e a Longo Prazo:** Compreende o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, valores devidos ao fundo de previdência, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. No curto prazo foram classificados os valores exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis. O restante das obrigações dessa natureza foram classificados no longo prazo. O quadro a seguir demonstra, para efeitos de comparação, os valores registrados a curto e a longo prazos:

<b>Obrigações Trab, Prev e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo</b>	<b>Saldo</b>	<b>Obrigações Trab, Prev e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo</b>	<b>Saldo</b>
2.1.1.1 Pessoal a Pagar	3.184.571,78	2.2.1.1 Pessoal a Pagar	198.900,68
2.1.1.2 Benefícios Previdenciários a Pagar	2.364,80	2.2.1.4 Encargos Sociais a Pagar	490.001,34
2.1.1.4 Encargos Sociais a Pagar	504.850,45		
<b>TOTAL</b>	<b>3.691.787,03</b>		<b>688.902,02</b>

**Nota 12 – Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e Longo Prazo:** Os saldos são apresentados pelos valores líquidos das obrigações, devidamente atualizado e ajustado em 31/12/2021, sendo proveniente de três operações de créditos contratadas, sendo uma com o Banco do Brasil outra com o Badesul e a última com a Caixa Econômica Federal, através do FINISA, para a aquisição de máquinas e equipamentos, bem como investimentos em infraestrutura urbana, cujas as parcelas exigíveis até os 12 meses do exercício de 2022 constam com seus valores no curto prazo e as parcelas exigíveis após o término do exercício de 2022 constam com seus valores no longo prazo. O quadro seguinte identifica esses valores:

2.1.2.3 Financiamento a Curto Prazo - Interno	890.0001,41	2.2.2.3 Financiamento a Longo Prazo - Interno	3.787.050,68
<b>TOTAL</b>	<b>890.000,41</b>		<b>3.787.050,68</b>

**Nota 13 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Longo Prazo:** Os valores registrados nesses títulos são decorrentes de obrigações junto a fornecedores de mercadorias e materiais utilizados nas atividades operacionais dos órgãos da administração direta. Compreendem também as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, obrigações tributárias com a União e, inclusive, os precatórios não trabalhistas, enquadrados no regime especial de parcelamento e exigíveis após os 12 meses do exercício. Também estão inseridos nesse grupo os valores inscritos em restos a pagar processados. Os saldos apresentados compreendem os valores empenhados e liquidados e também aqueles que, embora não empenhados foram reconhecidos pelo regime de competência. O quadro seguinte sintetiza essas contas:

2.1.3.1.1.00 Fornecedores e Contas A Pagar Nacionais a Curto Prazo	731.614,15	2.2.3.1.1.06.03.00 - Precatórios de Contas a Pagar - Regime Especial	27.119,73
<b>TOTAL</b>	<b>731.614,15</b>		<b>27.119,73</b>

**Nota 14 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo:** Compreende o saldo das obrigações dos órgãos da Administração Municipal, relativas a contribuição ao PASEP devidas à União, conforme quadro seguinte:

2.1.4.1.3.00 Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Inter OFSS	50.323,47		
<b>TOTAL</b>	<b>50.323,47</b>		

**Nota 15 – Demais Obrigações a Curto Prazo:** Esse grupo representa os valores descontados em folha a título de consignações, demais valores restituíveis, os depósitos em favor de terceiros, as obrigações de caráter indenizatório e repasses a entidades. O quadro a seguir demonstra esses valores:

2.1.8.8.1.01.00 Consignações	311.984,07		
2.1.8.8.1.04.00 Depósitos Não Judiciais	55.929,52		
2.1.8.8.1.99.00 Outros Valores Restituíveis	9.406,26		
2.1.8.9.1.00.00 Indenizações e Restituições	520.737,67		
<b>TOTAL</b>	<b>526.633,18</b>		

**Nota 16 – Provisões a Curto e Longo Prazo:** Segundo o MCASP, as provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. No curto prazo, as provisões apresentam o saldo das provisões de férias anuais, porque a provisão para o décimo terceiro foi liquidado no dia 23 de novembro de 2021. A provisão de férias está incorporada ao saldo total do Pessoal a Pagar (nível 2.1.1.1) e representa 76.77% do total do Pessoal a Pagar. As Provisões de longo prazo abrigam as provisões matemáticas previdenciárias do regime próprio de previdência social (RPPS). Essa rubrica, registrada de acordo com a avaliação atuarial realizada e representa 90,78% do total do Passivo Não Circulante da Entidade.

Provisões a Curto Prazo	Saldo	Provisões a Longo Prazo	Saldo
2.1.1.1.1.01.03 – Férias	2.444.841,84	2.2.7.2.00 – Provisões Matemáticas Previdenciárias	54.777.387,24

		a Longo Prazo	
<b>Total Provisões a Curto Prazo</b>	<b>2.444.841,84</b>	<b>Total Provisões a Longo Prazo</b>	<b>54.777.387,24</b>

**Nota 17 – Patrimônio:** Compreendem o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelo saldo dos ajustes de avaliação patrimonial e pelos resultados acumulados ao longo dos exercícios, os quais abrigam superávits e déficits de exercícios anteriores e o superávit ou déficit apurado no exercício corrente. Após apuração do resultado do exercício, que evidenciou um déficit de R\$ 48.285.066,98. O patrimônio líquido apresentou um decréscimo de 32% em relação a 2020. O saldo patrimonial evidencia o patrimônio do Fundo de Previdência (RPPS), da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Vereadores. Os valores da variação do patrimônio líquido de cada um dos órgãos fora o seguinte: A Prefeitura Municipal encerrou o exercício de 2021 com um resultado deficitário no valor de R\$ 47.115.774,06, a Câmara Municipal de Vereadores encerrou com um resultado superavitário no valor de R\$ 84.439,05 e o Fundo de Previdência Municipal (RPPS) encerrou com um resultado deficitário no valor de R\$ 1.253.731,97, com isso chegamos ao total consolidado de decréscimo do Patrimônio Líquido no montante de R\$ 25.921.982,04, provocado em grande parte (98%) do decréscimo patrimonial do ente Prefeitura. Esse fato se deve a procedimentos realizados pelo setor tributário do Município no exercício de 2021, procedimento que se fazia necessário porque há muitos anos o Município vinha apresentando um valor muito alto em sua dívida ativa e muitos destes créditos já estavam prescritos, portanto o ativo circulante da entidade não refletia a realidade. Os fiscais tributários fizeram um levantamento minucioso e a partir deste baixaram todos aqueles créditos prescritos que vinham sendo somados ao longo dos anos. Da mesma forma existia um saldo irreal no ISSQN referente a uma empresa que fez um estudo precipitado em 2016 e apurou saldos que não condiziam com a realidade. Portanto foram necessários a realização destes procedimentos de baixa dos créditos improváveis para que o cadastro do Município passasse a refletir a realidade. Agora temos um cadastro atualizado e o ativo realizável a curto e longo prazos do Município, refletindo valores líquidos e certos para cobrança e retorno. Já o déficit no ente Fundo de Previdência deve-se a queda dos rendimentos em 2021, devido a crise no mercado financeiro, bem como ao aumento da provisão matemática previdenciária.

#### **NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

**Nota 01 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos:** Em relação a esse item cabe destacar que, em razão do processo de convergência aos padrões de contabilidade estabelecido pelas NBCASP, e de acordo com o MCASP, foram efetuados vários ajustes para a adoção do valor de mercado para bens do ativo. A valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos tiveram um decréscimo de R\$ 16.454.323,85 em relação

ao exercício anterior e o principal fator desse decréscimo decorreu do fato de não haver atualizações significativas nos créditos a receber pelo fato de os valores que constavam há anos no estoque dos créditos a receber foram baixados e conseqüentemente a atualização dos mesmos ficou menor que as dos exercícios anteriores.

**Nota 02 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas:** Compreende o somatório das demais variações patrimoniais não incluídas nos grupos anteriores, tais como: reversão de provisões e ajustes de perdas e diversas variações patrimoniais aumentativas. Os registros nesse item somaram R\$ 6.323.030,64, representando um acréscimo de R\$ 2.809.980,55 em relação ao exercício anterior, fato decorrente em grande parte da reversão da provisão do décimo terceiro, férias e da provisão de perda na dívida ativa, tendo em vista a atualização dos saldos.

**Nota 03 - Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos:** Nesse item o valor mais significativo está no que tange a desincorporação e desvalorização de ativos, em decorrência das baixas nos montantes do ISS e na dívida ativa, provenientes da atualização da base cadastral tributária do Município.

**Nota 04 - Origem e destinação dos recursos provenientes de alienação de ativos:** Em cumprimento ao disposto no art. 50, VI da Lei Complementar nº 101/2000, demonstra-se a seguir a origem e o destinado dos recursos provenientes de alienação de ativos ocorrida no exercício, tendo em vista tratar-se de recursos vinculados, nos termos do art. 44 da referida Lei Complementar.

<b>ORIGEM E APLICAÇÕES DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS</b>	
Alienação de Bens Móveis	64.200,00
Alienação de Bens Imóveis	597.238,73
Rendimentos de Aplicações Financeira de Alienação de Bens	31.490,63
<b>TOTAL DAS ORIGENS</b>	<b>692.929,36</b>
Despesas de Capital	1.064.050,84
Investimentos	1.064.050,84
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS</b>	<b>1.064.050,84</b>
<b>SALDO NÃO APLICADO</b>	<b>551.595,16</b>

Cabe ressaltar que existia um saldo do exercício anterior no montante de R\$ 922.716,64, portanto justificam-se as aplicações superiores aos ingressos do ano.

**Nota 05 - Resultado Patrimonial do Exercício:** Como resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, tem-se que o resultado patrimonial foi negativo no montante de R\$ 25.820.162,67. Esse resultado é consolidado, porém se verificarmos isoladamente cada um dos entes que compõe o balanço do Município temos os seguintes valores: O ente Prefeitura Municipal encerrou o exercício de 2021 com um déficit de R\$ 25.365.311,96, a Câmara Municipal de Vereadores com um superávit de R\$ 108.076,51 e o

Fundo de Previdência (RPPS) com um déficit no montante de R\$ 562.927,22 resultando, dessa forma no resultado consolidado apurado.

Restinga Seca, 31 de janeiro de 2022.

WILLIAM MARQUES RIBEIRO

CONTADOR

CRCRS 60.666

